

EDUCAÇÃO, INVESTIMENTO CERTO

NÚMEROS DO PAÍS SÃO MUITO RUINS NO SETOR EDUCACIONAL. EMPRESAS PRIVADAS COMEÇAM A INVESTIR, PREOCUPADAS COM A PERDA DE COMPETITIVIDADE

O Brasil ainda tem 5 milhões de crianças na faixa de 7 a 14 anos fora da escola e 39 milhões de analfabetos; a qualidade do ensino é ruim; o índice de repetência, bastante elevado, e as verbas públicas, insuficientes. Este triste retrato da educação está abaixo do que seria de se esperar de um País com a renda per capita e o nível de desenvolvimento do Brasil e pode fazer o Brasil perder mais competitividade no âmbito do Mercosul, alertam empresários e especialistas. Preocupadas com isso, muitas empresas estão investindo diretamente em educação (veja matéria na página), mas as deficiências são muitas e exigem, segundo os especialistas, uma ação mais forte do Estado, além de mais recursos.

O Brasil está cerca de dois anos de estudo abaixo da média de escolaridade dos sete países mais ricos da América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Uruguai e Venezuela), segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A taxa de escolarização de crianças e adolescentes, em 1990, era de apenas 73,2% para a faixa etária entre 5 e 17 anos, enquanto o índice de analfabetismo, na faixa de 5 a 14 anos, era de 14%, chegando a 33% no Nordeste. Embora a média de escolaridade tenha subido de dois para cinco anos, entre 1960 e 1990, esse aumento foi menor do que o esperado em função do aumento da renda per capita no período.

“O principal problema do ensino brasileiro é a qualidade, e consequência disso, o índice de repetência é muito alto”, diz a deputada Esther Grossi (PT-RS). De cada 1.000 brasileiros que concluem a 8ª série, apenas 24 não repetem algum ano letivo, segundo dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Ministério da Educação. Isso quer dizer que de 36 milhões de alunos que estão cursando da 1ª à 8ª série, há 10 milhões repetindo, destaca Grossi.

Má qualidade

CRÍANÇAS NÃO FICAM

“A qualidade das escolas públicas não é boa, e daí as crianças vão à escola, mas não permanecem nele”, explica Edlamar Batista Pereira, pesquisadora do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Ela lembra que as crianças brasileiras gastam hoje 12 anos para concluir o 1º grau.

Para reverter essa situação, é preciso investir na qualificação dos professores, em pesquisas e na implantação de novas pedagogias, mas isto requer mais investimento. “O Estado brasileiro está investindo pouco na educação”, diz Pereira, que está concluindo sua pesquisa “Financiamento da Educação no Brasil 1995”.

Os dados que ela compilou demonstram que, em 1995, os gastos nacionais com educação foram de R\$ 19,07 bilhões, dos quais R\$ 13,52 bilhões destinados ao ensino fundamental. “Aparentemente, esses R\$ 13,52 bilhões parecem ser muito dinheiro, mas, para atender 29,68 milhões de alunos do ensino fundamental, essa verba é insuficiente”, diz ela.

Quando esse dinheiro é distribuído, isso significa um gasto mensal por aluno de R\$ 49 nos Estados e R\$ 17 nos municípios, segundo a média nacional. “Nas grandes cidades, é impossível conseguir uma escola de bom nível com esse valor”, diz a pesquisadora. A deputada Esther Grossi faz a comparação: a média de gastos no ensino privado é de R\$ 120 por aluno/mês.

O agravante, no caso do ensino público, é que, desse gasto por capita, ainda devem ser deduzidos 35% relativos a despesas com inativos e aposentados e despesas de capital.

Grossi destaca que ensinar uma criança carente e das classes populares requer ainda mais qualificação, pesquisa e competência. Para isso, entretanto, o País teria que elevar a verba destinada ao setor de 3,8% para 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB), diz Grossi. “Mas fazer esse investimento é uma questão de vontade política”, observa ela.



Escola Carlos Augusto Queiroz: menos repetência e evasão

Roberto Setton/AE



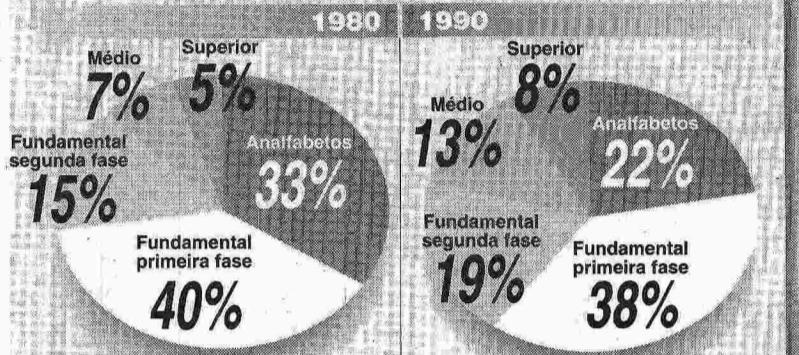
Almerinda Alves Cardoso: “Agora estou vendo o que é professor”



João Cariello e Márcia Gonçalo, da Fundação Bradesco: mais parcerias

Ari Vicentini/AE

Evolução da distribuição da população por nível de educação (em %)



Fonte: Barros, Mendonça e Velazco 1995, a partir de dados de IBGE/Censo 1980 e IBGE/NAD 1990

NESTA ESCOLA, BONS RESULTADOS

Adotada por uma empresa, a escola praticamente não tem mais desistências e não é mais assaltada

A maioria dos alunos de 1º a 2º graus da escola Carlos Augusto de Queiroz, localizada perto da favela de Paraisópolis, nunca havia estado em lugares como o Museu do Ipiranga, a Catedral da Sé ou o Teatro Municipal. Neste ano, eles tiveram a oportunidade de conhecer *in loco* alguns pontos históricos, dos quais apenas ouviam falar em sala de aula. As excursões fazem parte do Projeto Conheça São Paulo, que a direção da escola implantou com o apoio da Vila Paratodos. A empresa de ônibus adotou a escola e vem fornecendo equipamentos, material e transporte para auxiliar na

educação das crianças. O resultado foi um aumento no número de alunos, de 1.200 no ano passado para 1.600 este ano, redução do índice de repetência e de evasão escolar.

“Com o apoio empresarial, começamos a mostrar o lado concreto da teoria para essas crianças que moram na favela e nunca saem do bairro”, diz a diretora da escola, Idili Gonzalez Afonso. A carência em escolas como a Carlos Augusto de Queiroz é tão grande que o problema não se restringe à qualidade do ensino, mas à própria infra-estrutura. Nesse sentido, a colaboração da empresa tem incluído até o forneci-

mento de microscópios, aparelhos de televisão e vídeo, máquinas copiadoras, material escolar e esportivo, além de 1.200 camisetas com o selo da Fundação Abrinq.

Professoras e a direção da escola também estão engajadas no esforço de melhoria das condições gerais de ensino e inclusive do bem-estar das crianças. “Quando alguma criança adoece, é a professora que a leva ao posto de saúde, em seu próprio carro”, conta a diretora. “Isso não significa, contudo, que os problemas básicos se sobreponham à preocupação com a qualidade de ensino”.

Para garantir melhor resultado, a

direção da escola tratou de obter o apoio da comunidade. “Antes, a escola costumava ser agredida pela comunidade, havia inclusive muitos assaltos aqui”, lembra a diretora. “Com o maior envolvimento dos alunos e dos pais, além da realização de festas, com a presença da comunidade do bairro, isso está mudando”, diz Idili, que assumiu a direção da escola há seis meses.

Um indicador dos resultados obtidos é que o índice de desistência praticamente acabou. E a procura pelo supletivo tem sido tão grande que já há pedidos para se abrir mais duas salas.

Estudar, aos 50

PROGRAMAS FAZEM MUITOS VOLTAREM À ESCOLA

A oportunidade de estudar dentro da própria empresa tem levado pessoas de idades diferentes a se dedicar a algo que, até então, não passava de uma tentativa frustrada: aprender a ler e a escrever.

A pernambucana Almerinda Alves Cardoso, 50 anos, é uma dessas pessoas. “Não sabia ler bem e escrevia errado”, conta ela, que está cursando o supletivo de 1º grau que a Sadia oferece aos seus funcionários, dentro do seu programa de apoio ao

ensino fundamental.

Assim como uma boa parte dos brasileiros que engrossam o índice de analfabetos, Almerinda não teve muita chance de aprender quando era criança: “Eu morava na roça, e lá era difícil encontrar escola”, lembra ela. Quando tentou cursar a 1ª série, também não se animou a continuar. “Os professores não faziam muita força para ensinar”, conta ela. “Agora é que estou vendo o que é professor”, contrapõe.

Sob o apoio da iniciativa privada, escolas públicas conseguem oferecer condições de ensino semelhantes a algumas escolas privadas. Financiando todo o seu programa de apoio à educação com recursos próprios, a Fundação Bradesco, por exemplo, mantém um gasto médio por aluno matriculado no 1º grau de R\$ 1.000 por ano, bem acima da média nacional de R\$ 447.

Os salários dos professores também estão acima da média pública.

Um professor de 1º grau com jornada de 4 horas diárias recebe da Fundação, em média, em São Paulo, R\$ 640 por mês. Na rede pública, o mínimo pode ir para R\$ 300.

“O discurso do ministro (da Educação) está no caminho certo, mas a máquina do governo é muito pesada”, diz o diretor da Fundação Bradesco, João Cariello. “O governo precisa buscar mais parcerias com a iniciativa privada e incentivar o investimento”.

GOVERNO NÃO FAZ SUA PARTE

Recursos previstos pela Constituição não são aplicados

O volume de recursos destinados à Educação poderia ser bem superior se o governo federal aplicasse nessa área o percentual previsto pela Constituição. Mas não o faz. A Constituição prevê que pelo menos metade dos recursos dos Estados, municípios e União sejam aplicados no ensino fundamental, mas, segundo a pesquisadora Edlamar Batista Pereira, a União aplicou apenas 2% da receita tributária, em ensino fundamental, no ano passado. Em 1994, o percentual foi de 1,5%. Já os Estados e municípios aplicam 71% da parcela de recursos vinculados a educação.

Agora, o governo está apresentando ao Congresso o Plano de Emenda Constitucional (PEC) 370, onde faz uma série de reformulações na estrutura e financiamento do ensino, mas, entre políticos e pesquisadores, há preocupação com um efeito contrário ao esperado, uma piora na qualidade educacional.

“Não é verdade que, com o plano do governo, vai se dar ênfase ao ensino básico”, diz a deputada Esther Grossi (PT-RS). A emenda constitucional 233, que está no Senado, segundo ela, pode reduzir até o gasto médio por aluno nas escolas.

A proposta do governo, já aprovada pela Câmara e agora encaminhada ao Senado, prevê a criação

do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização dos Professores, que seria composto

por 60% dos recursos vinculados aos Estados e municípios. A proposta é remanejar uma parcela maior de recursos desse fundo para os municípios, ou mais precisamente, R\$ 1,1 bilhão. Já a União aplica nesse fundo apenas R\$ 970 milhões de sua receita tributária.

Essa proposta, segundo Edlamar Batista Pereira, embora signifique mais recursos para os municípios — os gastos per capita/mês subiriam de R\$ 17 para R\$ 33 —, reduz os gastos dos Estados de R\$ 49 para R\$ 44 na média. “Isso vai comprometer o ensino fundamental e deixa os ensinos nos Estados, porque eles terão que reduzir as despesas”, diz a pesquisadora. Ela lembra que dos R\$ 13,52 bilhões gastos com o ensino fundamental no País, os Estados foram responsáveis por R\$ 11,33 bilhões no ano passado, em comparação a apenas R\$ 2,19 bilhões dos municípios. Agora, a proposta é reduzir as despesas dos Estados para R\$ 10,35 bilhões e elevar a dos municípios para R\$ 4,14 bilhões. A proposta, que pode prejudicar a educação nos Estados, é boa para os municípios e para a União, já que sua parcela de contribuição continuará muito baixa, diz.

Gastos nacionais com educação em 1995

(em R\$ bilhões)

Esfera administrativa	1994	1995
União	6,9	6,5
Estados	15,3	15,8
Municípios	4,0	3,2
Total	26,2	25,5

Obs: excluídas despesas com inativos e pensionistas, merenda escolar, hospitais universitários e cota estatal do salário educação.

Gastos globais com educação básica e despesa per capita em 1995

(em R\$ milhões)

Esfera administrativa	Global	Educação básica	Despesa per capita Anual	Mensal
Estados	15.826	14.041	591	49
Municípios	3.247	2.943	207	17
Brasil	19.073	16.984	447	37

Obs: valores a preços médios/95

Fonte: Banco Central/MF/MEC
Elaboração: Edlamar Batista/Técnica planej, pesquisa do Ipea

EMPRESAS CONTRA O ATRASO

Apoio ao ensino público

As empresas privadas, preocupadas com a deficiência educacional no Brasil, decidiram tomar um pouco as rédeas do ensino e investir diretamente em programas de apoio a escolas da rede pública e de ensino básico para funcionários. São empresas e instituições como Fundação Bradesco, Sadia, Xerox do Brasil e Porto Seguro, que acreditam que o setor privado precisa ter uma atuação efetiva nesse sentido, já que o governo tem se mostrado incapaz de solucionar esse problema.

“O Brasil precisa recuperar o atraso na área educacional, mas o problema é que, a cada governo, fala-se muito em planos, mas não se tomam ações concretas”, diz o vice-presidente da Porto Seguro, Jayme Garfinkel, um empresário engajado diretamente em programas de apoio a escolas. “Enquanto as elites brasileiras discutem, os excluídos continuam sem educação.”

“O problema educacional é de tal magnitude que, se não houver um movimento de toda sociedade, ele não muda”, defende Guilherme Peirão Leal, vice-presidente da Natura, empresa que também se engajou no apoio a escolas da rede pública. Leal destaca que, se a sociedade ficar esperando a ação do Estado, a situação irá se deteriorar. “O Estado e a Igreja continuam tendo um papel importante e poder, mas as empresas estão ganhando um espaço importante no mundo moderno”, observa ele.

Exemplo da ação importante que a iniciativa privada pode desenvolver em prol do ensino é a Fundação Bradesco. Apesar deste ano, a instituição está investindo R\$ 73,4 milhões, em recursos próprios, em programas de formação profissional de crianças, jovens e adultos, principalmente os mais carentes. Esse volume de recursos tem pouca comparação em todo o mundo. Grandes empresas, como a Nabisco, por exemplo, investem em torno de US\$ 20 milhões a US\$ 30 milhões, no máximo, em programas de apoio à educação. “O governo precisa buscar mais parcerias com a iniciativa privada, estimulando o investimento em educação”, defende João Cariello, diretor da entidade, que mantém 36 escolas em todo o País e beneficia mais de 95 mil alunos.

Uma obrigação com mais recursos

As empresas privadas, segundo Garfinkel, têm obrigação de apoiar a educação, pois são uma parcela da sociedade mais organizada e que dispõe de recursos. Empenhado no esforço de angariar apoio de outras empresas para programas semelhantes ao da Porto Seguro, Garfinkel descobriu que muitas já fazem isso, mas ninguém sabe.

Adotar escolas em áreas carentes, como fazem a Fundação Bradesco, Natura, Porto Seguro e Vila Paratodos — algumas em programas conjuntos com a Fundação Abrinq para os Direitos da Criança —, é uma ação que, embora localizada, tem o objetivo de colaborar com a melhoria do ensino e, consequentemente, da redução do índice de repetência e evasão escolar.

Para as empresas, apoiar o ensino básico não implica em qualquer retorno imediato ou mesmo de longo prazo, mas é uma necessidade também no sentido de se reverter uma situação de baixa qualificação da mão de obra. “Um dos fatores que fazem o Brasil perder competitividade no Mercosul é a falta de mão de obra qualificada”, diz o empresário Luiz Fernando Furlan, presidente do conselho de administração da Sadia.

“O problema educacional é uma ameaça à competitividade porque, se os funcionários não tiverem preparo básico, terão dificuldades em absorver as novas tecnologias”, observa Furlan. Ele explica que procedimentos básicos de eletrônica e processamento de dados são hoje fundamentais no processo produtivo e, se o funcionário não souber ler manuais, não poderá operar os sistemas.